

Mensagem sobre o Estado da Nação, pronunciada por João Lourenço, Presidente da República de Angola

Luanda, aos 16 de Outubro de 2017

Excelência Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Sua Excelência Dr. Bornito de Sousa, Vice-Presidente da República;

Senhores Deputados,

Dignos Magistrados,

Prezados Membros do Executivo,

Distintos Membros do Corpo Diplomático

Ilustres Convidados,

Angolanas e Angolanos,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Em cumprimento do disposto no artigo 118º da Constituição da República de Angola, cabe-me a honra de proferir perante esta augusta Assembleia uma mensagem sobre o Estado da Nação. É com prazer que volto a estar nesta Casa das Leis, onde durante vários anos assumi as funções de Deputado, de Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA e de 1º Vice-Presidente do Parlamento.

Começo por dirigir uma saudação especial a todas as angolanas e angolanos que, com a sua afluência massiva às urnas, permitiram a realização com êxito de mais um processo eleitoral, uma verdadeira festa da democracia que todos pretendemos se venha realizar com regularidade, com a livre participação dos cidadãos e num clima de paz, civismo e harmonia social.

Saúdo igualmente os deputados eleitos, tanto os que ingressaram nesta Casa pela primeira vez, como os que já nela haviam estado e renovaram os seus mandatos. São eles os dignos representantes do povo neste importante órgão do Poder Legislativo. Devemos, portanto, ter no nosso dia-a-dia a consciência de que o povo é soberano e é para o povo que cada um de nós deve exercer a sua missão.

Apraz-me destacar o aumento da representatividade de jovens no Parlamento, de modo que este órgão se possa vir a aproximar da representação real dos diferentes segmentos da população. Lamento, no entanto, que o mesmo não tenha ocorrido com a representação feminina, que diminuiu ligeiramente com relação ao passado recente.

No que diz respeito ao órgão do Poder Executivo que aqui represento, posso reiterar que inicio este mandato com a obrigação de focar a nossa acção na resolução dos problemas do povo, com uma maior aposta no sector social e na diversificação da nossa economia.

Herdámos do Presidente José Eduardo dos Santos um país independente, livre, unido de Cabinda ao Cunene, em paz e com um povo reconciliado consigo próprio, o que agradecemos por representar um importante capital que ajudará a enfrentar, com certeza, os desafios do presente e do futuro.

Tenhamos a coragem para melhorar o que está bem e mudar o que está mal com a serenidade e a firmeza que se impõem para o engrandecimento do nosso País.

O reforço do sistema democrático será uma das grandes apostas do Executivo que dirijo, o que vai implicar uma maior exaltação dos valores patrióticos, a promoção do respeito pelas instituições e pelas liberdades fundamentais, o reforço dos princípios cívicos e a aceitação da diversidade e das diferenças de opinião e de escolha. Esses valores devem fazer parte do dia-a-dia dos angolanos.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Caros Deputados,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O povo angolano confiou-nos, tanto a mim quanto às senhoras e aos senhores Deputados, a honrosa missão de o servirmos, contribuindo para o seu bem-estar e progresso social.

Vivemos presentemente tempos difíceis, tempos que nos obrigam a encarar de forma diferente os desafios da mudança, sem hesitação, o que nos obriga a corrigir algumas práticas generalizadas que estiveram menos bem no passado.

O Executivo que dirijo assume perante vós o compromisso de dar o exemplo, reduzindo gradualmente a sua estrutura e os custos da máquina do Estado, situando-o à medida das reais possibilidades do País. Pretende-se, assim, demonstrar aos cidadãos, às famílias e às empresas que caminhamos todos na mesma direcção, o da necessidade da boa gestão dos recursos financeiros e materiais postos à disposição dos servidores públicos, o da criação do espírito e da cultura da poupança no país.

Trataremos também de introduzir eficiência operacional e eficácia governativa na nossa actuação. E, porque esta é uma contingência própria do sistema democrático que abraçamos, vamos instruir os membros do Executivo no sentido de prestarem regularmente contas da sua actividade, aos destinatários da nossa acção, os cidadãos angolanos.

Precisamos de uma Administração Pública mais eficiente.

Vamos reforçar a aposta na qualidade do serviço das instituições. O Executivo vai definir as melhores opções para racionalizar a Administração do Estado a todos os níveis.

Estamos apostados em investir na qualificação e dignificação dos funcionários públicos, através de um investimento sério na sua capacitação e motivação profissional, atraindo jovens quadros e assegurando remunerações justas, em função do desempenho. Os serviços existem para servir os cidadãos e as chefias têm de passar a ser responsabilizadas pelo desempenho dos seus subordinados.

Daremos continuidade ao processo de modernização da Administração Pública, com um conjunto de medidas visando a simplificação dos procedimentos administrativos e a redução dos custos a incorrer pelos cidadãos e pelas empresas.

Com a crise económica e financeira que o país está a viver, muitas são as empresas que estão a enfrentar momentos difíceis e até mesmo situações de luta pela sobrevivência. Temos de dar uma

atenção especial as mesmas, porque são elas que garantem o emprego aos cidadãos, que contribuem para a sustentabilidade das famílias e que mantêm a economia em funcionamento.

Faremos uma redefinição das atribuições do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (vulgo SIAC) e do Balcão Único Empresarial (vulgo BUE) com a finalidade de trazer mais eficiência e redução de custos dos serviços.

Vamos garantir maior transparência na contratação de serviços por parte da Administração Pública e assegurar que nos concursos públicos haja maior transparência e igualdade de oportunidades para os concorrentes.

Trataremos de apelar a uma maior intervenção do Tribunal de Contas, mas importa que os serviços de inspeção dos Ministérios comecem de imediato a cumprir o seu papel preventivo e fiscalizador.

Um dos desafios centrais que assumimos para esta legislatura é passar as Autarquias Locais do texto constitucional para a realidade dos factos. É importante assegurar que o Estado esteja mais próximo dos cidadãos. Penso que a Assembleia Nacional, enquanto Casa da Democracia, deve ser a sede do debate com a auscultação da sociedade civil.

Vamos apoiar e estimular o crescimento e a dinamização do associativismo e de outras formas de organização da sociedade civil como importantes parceiros do Estado. Os sindicatos, as associações patronais e as associações profissionais serão mais valorizados e deverão continuar a emitir opiniões acerca dos mais variados assuntos que tenham a ver com o Estado e com a sociedade.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Ilustres Deputados,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

É intenção do Executivo apostar num sistema judicial mais célere e cada vez mais comprometido com a justiça, com a ética e com as boas práticas. Temos de agilizar ainda mais as decisões

judiciais, pautando sempre pelo rigor e pelo sentido de Justiça, pois só uma justiça que responda em tempo oportuno pode ser considerada justa.

Vamos prosseguir com o trabalho iniciado pela Comissão de Reforma da Justiça, apostando numa estrutura executiva responsável pela efectiva condução desse processo, de acordo com um plano estratégico para o sector, que devemos definir e começar a executar no presente ano legislativo.

A justiça administrativa deverá também merecer particular atenção, com vista a assegurar a tutela jurisdicional efectiva dos particulares e a sua especialização nas comarcas com maior movimento. No âmbito criminal, buscaremos soluções mais flexíveis de resolução de processos criminais e promover a aplicação de critérios de oportunidade na tramitação de processos.

Faço um apelo a esta Assembleia Nacional, para a necessidade de aprovação dos novos Código Penal e Código do Processo Penal, que irão contribuir para a pretendida celeridade dos processos e para o aumento do sentimento de justiça por parte dos cidadãos.

Urge criar uma entidade pluridisciplinar que se ocupe da avaliação do impacto económico e social dos diplomas legais em vigor e que assegure a sua implementação, desenhar um novo mapa judiciário, levando os tribunais aos diversos municípios e promover uma justiça mais próxima das comunidades rurais, para a resolução de pequenos conflitos que não possam ser dirimidos pela própria comunidade.

Devemos investir mais na resolução de litígios pela via Extra-Judicial, dinamizando a mediação e conciliação de conflitos sem haver necessidade de recurso aos tribunais, através do reforço dos Centros de Resolução Extra-Judicial de Litígios existentes e da criação de novos.

A Justiça virada para a resolução de conflitos nas áreas económica e financeira terá de ser especializada, com vista a permitir uma maior celeridade e oportunidade na resolução efectiva dos litígios que envolvam empresas.

Para a diminuição da alta taxa de pendências no Tribunal Supremo, é preponderante a instalação rápida e efectiva do Tribunal de Relação de Luanda, bem como o reforço em meios e em juízes do próprio Tribunal Supremo.

No que toca ao capital humano, o sistema de justiça conta com apenas 358 Juízes para cerca de 26 milhões de habitantes, ficando muito aquém do minimamente necessário. Temos de trabalhar no sentido de aumentar progressivamente o número de juízes.

Temos também de assegurar a formação dos magistrados e oficiais de justiça e garantir-lhes o acesso fácil a fontes legislativas, conferindo também ao poder judicial condições materiais que garantam uma independência efectiva.

Vamos ainda apoiar o funcionamento das áreas da Procuradoria Geral da República e do Serviço de Investigação Criminal, responsáveis pelo combate à corrupção e aos crimes económicos e financeiros.

Consideramos que investir na Justiça é, de facto, fundamental para a manutenção da paz social, para o desenvolvimento económico e para a credibilidade do Estado.

Como principais iniciativas legislativas do Presidente da República para este início de mandato, na área da Administração Pública, vamos elaborar os Projectos de Lei sobre o Procedimento Administrativo do Regime de Desconcentração de Competências dos Órgãos Locais do Estado e do Regime Financeiro do Poder Local.

Vamos ainda actualizar a legislação sobre a prevenção e combate à corrupção, de modo a torná-la efectiva e aprimorar os seus instrumentos de controlo.

No domínio económico, prevemos a adopção de incentivos fiscais para as empresas que decidam investir no interior do país, particularmente as que promoverem a articulação entre a cidade e o campo, contribuindo para a redução das assimetrias regionais e da pobreza e para o aumento do emprego e do rendimento das famílias no meio rural.

Vamos igualmente estabelecer um quadro legal facilitador da criação e funcionamento das empresas privadas, criando um ambiente mais favorável, que promova e defenda a livre iniciativa, a competitividade e a sã concorrência, com vista a salvaguardar a salutar defesa dos consumidores.

Com vista a fazer face às situações de imperfeições do mercado ainda existentes na nossa economia, como são o caso dos monopólios, cuja actuação tem consequências negativas na vida dos consumidores, vamos submeter à aprovação da Assembleia Nacional a lei da Concorrência.

No sector social, vamos aprovar um novo estatuto das Instituições de Ensino Superior, os estatutos da Carreira de Docente do Ensino Superior e de Investigação, um Regime de Desenvolvimento e Qualidade do Ensino, para o ensino geral e para o ensino superior, bem como um Regime de Desenvolvimento e Qualidade dos Serviços de Saúde.

Os projectos de Lei de Liberdade da Religião, Crença e Culto e da Lei de Bases dos Museus vão também, neste ano legislativo, ser encaminhados à Assembleia Nacional.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Ilustres Deputados,

Angolanas e Angolanos,

O nosso país encontra-se numa situação económica e financeira difícil resultante da queda dos preços do petróleo no mercado internacional e da consequente diminuição da liquidez em moeda externa. A forte dependência que a nossa economia ainda tem do petróleo agravou esta crise praticamente em todos os domínios, fazendo com que tenhamos taxas de crescimento inferiores às que gostaríamos de ter.

Esse cenário adverso que dura desde 2014, apesar dos avanços significativos em alguns domínios, tem causado sérios transtornos à economia nacional e, como não podia deixar de ser, também à economia familiar.

No período de 2013 a 2016, a actividade económica desacelerou de tal forma que, de acordo com os dados oficiais, a taxa de crescimento do PIB real passou de 6,8 por cento em 2013 para 0,1 por cento em 2016. No exercício económico de 2017, o OGE prevê uma taxa de crescimento real do PIB de 2,1 por cento, sendo 1,6 por cento para o sector não petrolífero e 0,6% para o sector petrolífero.

Como todos sabemos, desde 2012, Angola passou a apresentar taxas de inflação acumuladas anuais de um só dígito. Contudo, como consequência da crise económica e financeira que o país está a viver, temos registado um aumento do nível geral de preços na nossa economia, com consequências negativas para a vida das populações. Em 2016, a taxa de inflação acumulada foi de 42% e para o corrente ano prevê-se uma taxa ao redor dos 22,9%.

Estamos a viver, portanto, uma situação de baixo crescimento económico associada a taxas altas de variação do nível geral de preços na economia.

As contas fiscais foram negativamente influenciadas pelos baixos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Entre 2013 e 2016, as receitas totais registaram uma queda acumulada de 40%, apesar das receitas não petrolíferas terem aumentado 27%, pois as receitas petrolíferas registaram uma perda mais acentuada, em torno de 70%.

Nesse período, a despesa total observou uma queda acumulada de 29%, em decorrência da menor disponibilidade de receitas fiscais, com particular incidência para os investimentos públicos que observaram uma queda de quase 55%.

A consolidação orçamental, levada a cabo nos últimos anos, contribuiu imenso para que não houvesse uma explosão do deficit. De facto, o saldo fiscal na óptica de compromisso em percentagem do PIB passou de um superavit de 0,3% em 2013, para sucessivos défices de 6,6%, 2,1%, 2,2% e 0,9% em 2014, 2015, 2016 e II Trimestre de 2017, respectivamente.

Estes défices foram financiados com recurso ao endividamento, tendo como consequência o rácio, stock da dívida sobre o PIB registado uma variação acumulada de 119,1%, tendo passado de 24,5% em 2013 para 56,0% em 2016.

As taxas de câmbio nominais dos mercados primário, secundário e informal depreciaram-se 70%, 71% e 261%, respectivamente. Esta depreciação considerável da taxa de câmbio do mercado informal, que tem um grande impacto sobre as expectativas dos agentes económicos, visto que

uma parte das transacções cambiais ocorre neste mercado, reflectiu-se no aumento do nível de preços e tem criado distorções consideráveis à economia real do país, isto é, ao sector produtivo.

O diferencial entre os mercados primário e informal de divisas é bastante significativo e levou a uma segmentação do mercado cambial cujas consequências mais importantes são a pressão sobre as finanças públicas e a balança de pagamentos e o seu efeito negativo no crescimento do sector produtivo do país.

Entre 2013 e o II Trimestre de 2017, as Reservas Internacionais Líquidas registaram uma preocupante contracção acumulada de 46,4%, como consequência dos sucessivos défices da balança de pagamentos que, por sua vez, resultaram essencialmente da diminuição do valor das exportações petrolíferas (em decorrência da queda do preço e da baixa das quantidades do petróleo produzido).

Neste contexto, impõe-se a tomada de medidas de política necessárias e inadiáveis de modo a alcançar-se a estabilidade macroeconómica do país com a pedra de toque no equilíbrio das variáveis macroeconómicas susceptíveis de garantir os equilíbrios internos e externos do país e as condições necessárias para estimular a transformação da economia, o desenvolvimento do sector privado e a competitividade.

A estabilidade macroeconómica é uma condição necessária para a retoma do crescimento económico e conseqüentemente para a solução dos problemas sociais mais prementes do país, por isso vamos levar a cabo um sério programa do Executivo com vista ao alcance deste objectivo.

Vamos avançar com um programa de promoção das exportações e de substituição de importações, em que o principal actor será o sector privado, nacional e estrangeiro.

Vamos criar as condições para investir seriamente na agricultura e na indústria transformadora, por serem os sectores que permitem gerar riqueza, mas também gerar empregos estáveis indutores do bem-estar das famílias.

Aumentar a participação destes dois sectores na estrutura do PIB, deixando de depender excessivamente da indústria petrolífera, irá seguramente desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento de Angola, proporcionando a criação de emprego, a redução da pobreza e das assimetrias regionais e o aumento das receitas fiscais, que são fundamentais para a

sustentabilidade das medidas correctivas que pretendemos implementar no domínio social, particularmente na saúde e na educação.

Está igualmente na agenda do Executivo o início de acções tendentes à electrificação do meio rural, a dinamização da agricultura mecanizada e o reforço da importância da agricultura familiar, pelo que está em curso um estudo sobre a possibilidade da atribuição de incentivos para as empresas que garantam o escoamento de produtos agrícolas a partir das áreas mais distantes das cidades.

Em relação ao sector da indústria, vão ser aprovados planos directores definindo prioridades em relação às reservas industriais e mineiras existentes. Teremos de dinamizar as siderúrgicas, as indústrias de materiais de construção, de telecomunicações e tecnologias da informação e a têxtil sem esquecer a indústria alimentar, de modo a sermos auto-suficientes em relação a vários bens nos próximos anos.

Verifica-se uma concorrência desleal na indústria de cimento, que fez disparar os preços do cimento no mercado pela paralisação de duas unidades fabris, situação que urge pôr cobro de imediato.

A aposta no crescimento económico torna imprescindível a acção dos sectores da energia e águas. No primeiro caso, temos de começar a apostar também em fontes alternativas de energia, principalmente a solar e a eólica. Devemos pensar no aproveitamento do lixo, seja para reciclagem, seja para produção de energia e paralelamente preocuparmo-nos mais com a preservação do ambiente.

Por outro lado, temos de melhorar o ambiente de negócios, por forma a favorecer o investimento privado nacional e estrangeiro, e garantir que o crédito seja acessível e beneficie as diferentes franjas da sociedade, contribuindo deste modo para o aumento do investimento e consequentemente para o aumento da base produtiva. Neste contexto, particular atenção deve ser concedida ao sector das tecnologias de informação e comunicação, para acautelar a desburocratização de todo o processo de investimento.

Neste processo de aceleração do crescimento económico do país e da diversificação da sua economia, consideramos muito importante a necessidade de atrair parceiros externos e, por esta via, ganhar acesso à tecnologia, “know-how” e mercados externos.

Vamos programar um encontro com os investidores nacionais e estrangeiros, para de modo franco e aberto ouvirmos as suas preocupações e propostas, para de mãos dadas encontrarmos os caminhos para termos um Estado mais amigo do investimento. Vamos apostar na competitividade das empresas e acabar com os monopólios, que prejudicam a actividade económica e os consumidores.

Vamos também trabalhar com o Banco Nacional de Angola, para que se prossiga e consolide o processo de adequação do sistema financeiro e bancário nacional às normas e padrões das instituições financeiras internacionais e se intensifique o controlo efectivo dos meios de pagamento, o restabelecimento das relações da banca nacional com os bancos correspondentes e se efective a reestruturação e saneamento dos bancos com insuficiências estruturais de liquidez.

Pelo importante papel que desempenha em qualquer economia, em particular no seu sistema bancário, não descansaremos enquanto o país não tiver um Banco Central que cumpra estritamente e de forma competente com o papel que lhe compete, sendo governado por profissionais da área.

Daremos todo apoio à Unidade de Informação Financeira, por sua importância na prevenção e combate ao branqueamento de capitais e eventual financiamento ao terrorismo.

Nesta fase em que o país está a enfrentar sérias dificuldades cambiais, procuraremos encontrar a melhor estratégia que contribua para a acumulação e protecção das Reservas Internacionais Líquidas, sem que a mesma prejudique a recuperação e normal funcionamento da economia real.

Por outro lado, é imperioso que o sistema bancário nacional desempenhe realmente o seu papel, concedendo crédito ao empresariado nacional que reúna as condições exigidas para tal.

Vamos encontrar os melhores mecanismos para que as escassas divisas disponíveis deixem de beneficiar apenas a um grupo reduzido de empresas e passem a beneficiar os grandes

importadores de bens de consumo e de matérias-primas e equipamentos que garantam o fomento da produção nacional.

Importa impedir que a venda directa de divisas seja uma forma encapotada de exportação de capitais sem o correspondente benefício para o país. A mudança da estrutura de financiamento da economia tem de ser efectiva, de modo a que as nossas metas em termos da criação de novos empregos sejam plenamente alcançadas.

O Executivo continuará a apostar na juventude, enquanto força motriz e criadora da nossa sociedade. Para o efeito, temos de atrair os jovens a trabalhar nas empresas dos sectores da agricultura, pescas, agro-indústrias e vamos também incentivar o empreendedorismo nestas áreas.

Perspectivamos apoiar as empresas que contratem jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, por via de incentivos fiscais e da priorização no acesso a subvenções ou na celebração de contratos com o Estado.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Caros Deputados,

Angolanas e Angolanos,

É reconhecido que a crise económica e financeira se reflectiu, como não podia deixar de ser, nos índices sociais, em particular no que diz respeito à educação e à saúde.

O nível de explosão escolar que se verificou no país, principalmente depois da conquista da Paz em 2002, ainda não é compatível com o número de instituições de ensino existentes.

No domínio da saúde, registamos infelizmente um deficit claro em infra-estruturas sanitárias e médicas, o que se repercute em elevadas taxas de mortalidade.

Impõe-se, portanto, que o Executivo priorize neste mandato a área social. Ainda que seja verdade que o crescimento económico é fundamental para a nossa sobrevivência e para a elevação da qualidade de vida, sem uma séria aposta no sector social teremos dificuldades em melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano, que é a principal meta do Executivo neste quinquénio.

Essa aposta passa necessariamente pelo exercício da democracia participativa, pela inclusão económica, social, cultural e digital, pelo combate à discriminação baseada no sexo, religião, grupo étnico ou filiação partidária. Tudo faremos para transformar a nossa governação num processo verdadeiramente inclusivo, sensível à questão do género e dos menos favorecidos.

Vamos combater as assimetrias regionais, com acções e metas concretas a definir, e continuar a aperfeiçoar os alicerces de uma sociedade mais justa e equilibrada, em que os jovens tenham oportunidades alargadas em termos de qualificação académica e profissional, emprego, habitação, saúde, acesso ao crédito e perspectivas de vida.

Não há desenvolvimento sustentável sem recursos humanos qualificados, de modo que só com educação de qualidade poderemos vir a atingir os patamares projectados. Esta exige rigor e acrescidas responsabilidades por parte de todos os operadores do sistema de educação, da base ao topo. Temos de apostar na avaliação, no controle das tarefas repartidas e na promoção do mérito como único caminho para ascender na carreira profissional, se pretendemos ter um sistema educativo que seja de referência indiscutível.

Vamos iniciar a implementação do Programa Nacional de Formação de Professores para os subsistemas de ensino anteriores ao ensino superior e vamos criar incentivos remuneratórios para atrair para o corpo docente nacional as pessoas com o perfil científico, técnico e pedagógico mais adequados.

Uma particular atenção deve começar a ser dada ao ensino primário, para onde deveremos encaminhar professores qualificados e com justa remuneração. Será preciso corrigir o que está mal na actual reforma educativa, de modo que as crianças que atinjam o ensino secundário possuam conhecimentos que lhes permitam ombrear com os seus pares de outros países. Para melhor inserção na nossa região, devemos apostar desde já num programa de difusão da língua inglesa nas escolas do país.

Não podemos descurar o subsistema do Ensino Superior, pois pretendemos adquirir performances que nos permitem passar a ter universidades angolanas bem classificadas nos 'rankings'

internacionais. A meta é, nos próximos anos, ter pelo menos duas universidades entre as cem melhores do nosso continente.

Isto vai obrigar a que a educação, o ensino, a ciência e a inovação ocupem o lugar primordial que lhes está reservado. Teremos de garantir a igualdade de oportunidades baseada no mérito, para acesso ao ensino superior. Paralelamente, será preciso assegurar os mesmos critérios de igualdade, isenção e transparência na admissão de professores e de investigadores e no financiamento de projectos e programas de natureza científica ou tecnológica.

Precisaremos de reformular as actuais regiões académicas, adaptando-as mais aos aspectos demográficos e culturais. Os investigadores e docentes devem ser convenientemente remunerados e motivados, de modo a recrutarmos e retermos os melhores profissionais. Os próximos meses serão vitais para a definição das medidas que deveremos adoptar, tendo em vista o aumento da qualidade do ensino, desde a instrução primária ao ensino superior, incluindo uma investigação científica de qualidade.

Vamos ter também de fazer um sério diagnóstico do sector da saúde, para podermos determinar um programa que vise a melhoria da qualidade dos serviços, seja no sector público como no privado.

É urgente fazer-se um combate cerrado contra as práticas ilegais, muito comuns nas unidades sanitárias, combate esse que deve ser diariamente fiscalizado pelos serviços de inspecção sanitária. Tem de passar a haver mais respeito pelos cidadãos utentes dos serviços de saúde, sem esquecer a importante componente da sua educação para a saúde, para que estes saibam como se comportar para prevenir enfermidades. Se apostarmos mais na prevenção veremos reduzidas as taxas de enfermidade e mortalidade.

A questão da habitação continua a ser um ponto importante na agenda do Executivo. Embora o país esteja a conhecer melhorias neste domínio, é necessário continuar a promover acções que contribuam para garantir o direito à habitação das famílias angolanas, especialmente para as camadas de menor poder aquisitivo. Vamos dar continuidade ao Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, com particular realce para a disponibilização de terrenos infra-estruturados e legalizados às famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto-construção dirigida.

Não nos devemos esquecer do meio rural, que ficou despovoado e desestruturado durante o conflito armado. Projectamos, pois, elaborar um programa de criação de postos de trabalho e de construção de habitação rural, no quadro de um projecto de modernização do meio rural que atraia a juventude para o interior do país e promova o desenvolvimento dessas áreas hoje consideradas periféricas.

Temos de reconhecer que, apesar dos avanços registados em todos os domínios da vida social, ainda existe uma camada importante da nossa população que vive abaixo da linha da pobreza. As mulheres e crianças dos agregados familiares pobres são particularmente vulneráveis. Juntam-se a elas os idosos, privados de apoio familiar, as pessoas com necessidades especiais ou com doenças crónicas, os sem-abrigo e as crianças que vivem na rua.

O facto de haver menos recursos para o sector social, que se reflecte necessariamente da diminuição da qualidade de vida de boa parte das famílias angolanas, obriga-nos a redefinir os programas governamentais, de modo a executarmos políticas públicas que estejam de acordo com as expectativas dos cidadãos.

Nos próximos meses, vamos actualizar o “Diagnóstico à Vulnerabilidade em Angola”, propondo soluções exequíveis para implementá-las a partir de 2018. Uma dessas soluções deverá ser um Programa Integrado de Desenvolvimento Local e de Combate à Pobreza.

O Executivo vai tornar operativa uma Política Nacional de Assistência Social que se antecipe e reaja aos riscos de violência, abuso, exploração, discriminação e de outras formas de violação dos direitos, dando especial atenção aos grupos da população com vulnerabilidade acentuada. Temos de melhorar o nível de vida das famílias vulneráveis, criando condições que lhes permitem atingir um nível mínimo de dignidade e segurança, reforçando a prevenção dos riscos e a promoção da integração social.

Ilustres Deputados

Angolanas e Angolanos

Outro sector importante que exige a nossa atenção cuidada é o sector da cultura, pois, no âmbito da desejada diversificação económica, nem só os campos se cultivam, mas também as mentes. A

grande diversidade do mosaico cultural angolano implica a sua valorização permanente, pelo que ela representa para o reforço do sentimento patriótico, da coesão social e da consciência de uma identidade nacional.

A internacionalização da nossa cultura, decorrente da globalização, é um desafio que temos para os próximos anos, sobretudo em domínios como a música, a dança, o livro, o teatro, o cinema, a moda e a culinária, que poderão agregar valor à difusão no mundo da cultura nacional.

A municipalização dos serviços culturais continuará a ocupar um lugar de destaque, para assim alargarmos a formação artística e o conhecimento das raízes culturais angolanas. É preciso apostar na construção de centros culturais em todos os municípios, utilizando também recursos locais.

Os sectores da cultura e da educação devem andar de mãos dadas no quadro do reforço do sentimento nacional desde tenra idade. Neste quadro, uma das tarefas a não esquecer tem a ver com o reforço do papel das línguas nacionais no sistema de ensino.

O Executivo vai continuar a promover o Prémio Nacional de Cultura e Artes, como a maior exaltação do génio criador dos angolanos.

A classificação do Centro Histórico de Mbanza Kongo como Património da Humanidade é um feito que nos orgulha a todos e que encorajou o Executivo a apresentar junto da UNESCO o Cuíto Cuanavale, o Corredor do Kwanza e as pinturas rupestres de Tchitundo Hulo como candidatos a património mundial também.

Esta será mais uma forma de honrar a história do povo angolano e os seus heróis, pelo seu simbolismo e pela exaltação das belezas naturais do nosso país e do seu vasto património cultural e imaterial.

As igrejas são importantes parceiros do Estado, sobretudo quando cumprem o seu papel espiritual e social. Devemos estudar as medidas necessárias para impedir que certas denominações e seitas religiosas confundam fé com negócio e actividade espiritual e social com actividade empresarial.

No que diz respeito ao desporto, é preciso reforçar o papel das associações e federações desportivas, enquanto parceiras do Estado. Devemos iniciar já nos próximos meses uma séria aposta nas camadas jovens, com a identificação de futuros talentos para a prática desportiva.

Estes talentos devem ser acompanhados e potenciados, de modo a que, num tempo razoável, possamos atingir o pódio em competições de âmbito regional e continental.

O desporto escolar vai ser dinamizado, pois, para além de contribuir para a educação física e mental das crianças e jovens, pode também ser um meio para a descoberta de valores para práticas competitivas, amadoras e profissionais.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Ilustres Deputados,

Angolanas e Angolanos,

O sector da Defesa e Segurança é também um dos que requer maior atenção.

Vamos apostar na qualificação dos oficiais, sargentos e praças, bem como num maior envolvimento de efectivos militares em actividades comunitárias na vizinhança das respectivas unidades ou ainda em acções de salvamento em situações de calamidades naturais que afectem as populações.

Os serviços de Inteligência precisam de ser modernizados e os seus efectivos valorizados, reconhecidos e motivados. É importante que se mantenham a par da evolução tecnológica, para garantia do reforço da integridade das instituições do Estado angolano e para a prevenção e combate ao terrorismo.

Vamos conceber um programa que visa o melhoramento da acção da Polícia Nacional, o reforço do policiamento de proximidade, o reforço da acção de investigação criminal e do combate à imigração ilegal, bem como a humanização dos serviços prisionais.

Os cidadãos que estiverem por algum tempo privados das suas liberdades devem ter a possibilidade de se cultivar e de melhorar o seu grau de instrução ou a sua qualificação profissional. A aposta na reeducação e ressocialização precisa de ser um facto.

Vamos continuar a aprimorar o plano de acção que contribua para a diminuição dos acidentes nas estradas, que têm ceifado milhares de vidas e causado elevados prejuízos materiais. Temos de identificar todos os factores de risco no ambiente rodoviário, como o excesso de velocidade, a falta de iluminação nas ruas das cidades e nas vias rápidas, a embriaguez dos condutores, o mau estado técnico das viaturas e das vias, a superlotação dos meios de transporte colectivo, entre outros.

Imperiosa se torna a inspecção periódica obrigatória das viaturas, para retirar da circulação aquelas que constituem um perigo à segurança rodoviária.

Os agentes da Polícia precisam de ter uma actuação exemplar, respeitando o uniforme que envergam e o Estado que representam e em nome do qual devem exercer a sua autoridade. Tanto eles quanto as autoridades militares têm, de facto, de constituir um exemplo para os demais cidadãos, se pretendemos moralizar a nossa sociedade e as nossas instituições.

Ilustres Deputados,

Angolanas e Angolanos,

Levaremos a cabo uma reforma dos serviços diplomáticos e consulares com a adequação do seu pessoal ao essencial para o cumprimento das tarefas dessas missões.

Vamos apostar mais na diplomacia ao serviço da economia, que atraia o investimento privado estrangeiro, o turismo, e explore mercados para a entrada de nossos produtos exportáveis. As embaixadas e consulados, além do seu papel de captação de investimento e de difusão de produtos e serviços que Angola pode vender ao estrangeiro e da promoção da imagem do país, têm de auscultar e apoiar os angolanos na diáspora. Estes devem mesmo ser chamados a contribuir mais decisivamente na consolidação do rumo democrático que o nosso país segue.

Preocupa-nos a situação de instabilidade vivida na vizinha República Democrática do Congo, e faço votos que o povo e políticos congolezes democráticos saibam encontrar a melhor saída pela via do diálogo, que garanta a paz e estabilidade do país, e consequentemente contribua para o desenvolvimento económico e social desta grande nação africana.

Não posso deixar de louvar o trabalho realizado pelo Executivo anterior e pelo Governo Provincial da Lunda – Norte no apoio aos refugiados oriundos da RDC, que confirmaram o conhecido sentimento de solidariedade do povo angolano.

Os esforços de Angola na pacificação da Região dos Grandes Lagos, cuja presidência passaremos dentro de dias para a República do Congo, são internacionalmente reconhecidos. Contudo, manteremos uma participação activa na União Africana e nas organizações regionais do continente, em que Angola seja parte.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Caros Deputados,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Tive a ocasião de afirmar que o meu mandato vai ser marcado pelo esforço de valorização do cidadão e por uma governação aberta, inclusiva e participativa, mas para isso conto com o concurso das organizações da sociedade civil, das igrejas e de todos os patriotas de boa vontade comprometidos com a Nação acima de quaisquer outros interesses.

Esta deve ser a postura de todos os que amam Angola e querem o bem-estar dos angolanos, num clima de concertação permanente e de diálogo. Reitero perante vós, dignos representantes do povo angolano, o compromisso da defesa e cumprimento da lei e do fortalecimento do sistema democrático.

Temos cada um de nós de assumir o papel e a missão que nos cabe com responsabilidade e espírito de sacrifício. Aceitamos funções públicas para servir o Estado e o povo angolano.

Os problemas que vivemos estão identificados. Devemos resolve-los a bem da Nação angolana que estamos a edificar. Actuemos com honestidade, inteligência e perspicácia, em defesa do bem comum e do interesse nacional.

As nossas acções deverão ser a expressão de uma vontade política real de acabar com as práticas que actuam negativamente, não só na economia, nas famílias e na sociedade no geral.

Todos nós, deputados e governantes, representamos os anseios do povo angolano. Saibamos, pois, cada um na sua esfera de acção, ser digno desse mandato que o povo nos confiou.

Viva a Democracia!

Viva Angola!

cc

2017

Especial Discurso sobre o Estado da Nação

-Sua Excelência Fernando da Piedade Dias dos Santos, Presidente da Assembleia Nacional,-Sua Excelência Bornito de Sousa, Vice-Presidente da República,-Excelentíssimos Senhores Deputados,- Venerandos Juízes Presidentes dos Tribunais superiores,-Prezados Membros do Executivo,- Distintos Membros do Corpo Diplomático,-Ilustres Convidados, -Caros Compatriotas,-Minhas Senhoras,Meus Senhores,

Pela segunda vez tenho a honra de proferir nesta Casa da Democracia a Mensagem sobre o Estado da Nação, em cumprimento do que está disposto na Constituição da República de Angola.

Permitam-me saudar em primeiro lugar todo o Povo angolano aqui representado pelos senhores Deputados, a quem dirijo também uma saudação especial, ciente de que terão sempre em consideração os interesses de quem os elegeu e lhes confiou tão respeitável missão.

Com o passar do tempo, cada vez mais o Povo angolano tem a percepção real da importância deste órgão do Poder Legislativo, que tem a grande responsabilidade de discutir e aprovar as leis que vão reger os seus destinos e, por conseguinte, o futuro de todos nós e da Nação.

Continuam a ser muitos e complexos os desafios que temos de enfrentar, mas creio que já se tornou notório para todos que o Executivo que dirijo continua firmemente empenhado em superar os principais entraves que nos impedem de avançar com mais determinação e celeridade.

O capital que herdámos, o de um país em paz e reconciliado, constitui a base essencial para ousarmos ir mais longe, buscando resolver os problemas básicos das populações em termos de saúde, educação, habitação e emprego, de modo a garantir o progresso, bem-estar e desenvolvimento económico e social.

Cumprido apenas um ano do meu mandato como Presidente da República, é prematuro estar a fazer um balanço exaustivo de tudo o que já foi realizado, mas creio que se tornou claro que o Executivo está a tomar as medidas consideradas essenciais para melhorar o que está bem e corrigir o que está mal.

Devemos todos estar conscientes que se trata de um processo que exige algum tempo para se afirmar e consolidar, sobretudo quando muitas destas medidas afectam ou neutralizam poderosos interesses instalados.

Algumas das acções que desenvolvemos desde a última Mensagem sobre o Estado da Nação aqui na Assembleia Nacional, atestam a seriedade e a firmeza com que nos propusemos contrariar uma tendência que se estava a instalar de aceitação e banalização de práticas que não são saudáveis nem recomendáveis para a gestão da vida do país e que, pela sua prática reiterada, estavam a criar um sentimento de total impunidade.

Neste primeiro ano do nosso mandato, pudemos já começar a pôr um freio e mesmo a anular algumas das práticas que mais lesavam o erário público e os interesses da grande maioria do nosso povo, confirmando assim a promessa feita de que ninguém teria privilégios perante a lei.

Estamos conscientes que nem sempre os resultados das nossas melhores intenções são imediatamente visíveis, pelo que é preciso continuar a acreditar que, com o trabalho e o envolvimento de todos os seus filhos, Angola poderá em poucos anos ascender a um lugar cimeiro no continente e mesmo no concerto das nações de todo o mundo, no que respeita à transparência e ao nível de desenvolvimento e de bem estar dos seus cidadãos.

Senhor Presidente

da Assembleia Nacional,

Senhores Deputados

Com a entrada em funções do Executivo saído das eleições gerais que tiveram lugar em Agosto do ano passado, deu-se início a implementação do Programa de Governação do Partido vencedor para o período 2017-2022.

Com vista a balizar e conformar a acção do Executivo no período anterior à aprovação do Plano de Desenvolvimento Nacional, foi aprovado na primeira sessão do Conselho de Ministros, realizada em Outubro do ano passado, um Plano Intercalar que abarcou o período de Outubro de 2017 a Março de 2018.

Uma das principais tarefas contidas neste Plano Intercalar tinha a ver com a necessidade de ser alcançada a estabilidade macroeconómica do país, como base para se instaurar um clima propício ao crescimento económico e a geração de empregos e rendimentos.

Assim, a 27 de Dezembro do ano passado o Executivo aprovou o Programa de Estabilização Macroeconómica que entrou em vigor em Janeiro deste ano, com vista a fazer face aos acentuados desequilíbrios que se evidenciavam nas contas internas e externas de Angola, como resultado da queda acentuada e prolongada do preço do petróleo no mercado internacional que se foi verificando desde meados de 2014 até há relativamente pouco tempo.

Podemos afirmar que, ao fim de cerca de nove meses de execução desse programa, os seus resultados são encorajadores.

As medidas conducentes à consolidação fiscal têm levado a uma redução do déficit orçamental. Em 2017 registou-se um déficit de 5,6% do PIB. Para o ano em curso tendemos para um déficit inferior a 1% do PIB, muito abaixo dos 3,4% previstos no OGE para o ano de 2018.

A previsão para o ano de 2019 é de um déficit igualmente inferior a 1% do PIB, com um crescimento estimado de 9,8% das receitas fiscais.

A redução do déficit implicará menores necessidades de endividamento do Estado, com efeitos positivos em toda a economia, sobretudo no que diz respeito à redução das taxas de juro a serem praticadas no mercado nacional.

As taxas de inflação têm vindo a diminuir e a diferença entre a taxa de câmbio oficial e a prevalecente no mercado paralelo também tem conhecido uma queda assinalável.

Em 2016 a taxa anual acumulada de inflação foi de 42%. Em 2017 esta taxa baixou para 23%. Para este ano prevê-se uma taxa acumulada inferior a 19%.

Em Janeiro do presente ano, a diferença entre a taxa de câmbio oficial e a prevalecente no mercado paralelo era de 150%, noutras palavras, a taxa de câmbio no mercado informal era duas vezes e meia superior à prevalecente no mercado oficial.

Presentemente esta diferença está ao redor dos 20%, que é a meta que neste domínio foi estabelecida para ser alcançada até ao final deste ano pelo Programa de Estabilização Macroeconómica. Quer dizer que esta meta anual foi atingida ainda antes de o ano finalizar.

É importante referir que estes resultados foram alcançados com custos relativamente baixos no que respeita aos níveis das Reservas Internacionais Líquidas do país.

Até Agosto do presente ano, a redução das Reservas Internacionais Líquidas foi de mil milhões de dólares norte-americanos, quando no mesmo intervalo de tempo em 2017 antes das eleições gerais, a redução foi em torno dos 4 mil milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Tais factos evidenciam que estamos na trajectória certa no que respeita ao ajustamento do mercado cambial e outras medidas serão tomadas com vista a reforçar a transparência deste mercado e a garantir a previsibilidade de maior oferta de divisas na nossa economia.

Do ponto de vista do crescimento económico, o país ainda vive os efeitos negativos da conjuntura macroeconómica mais recente, associada ao facto do sector petrolífero estar a exhibir nos últimos anos taxas de crescimento nulas ou negativas por não terem sido feitos, em tempo oportuno, os investimentos que se impunham, não só por falta de recursos financeiros mas também por falta de diálogo entre a concessionária e as petrolíferas, situação ultrapassada há pouco menos de um ano.

Por esta razão, os dados mais recentes apontam para uma retracção económica em 2017 com uma taxa negativa de 2,1%. Para o corrente ano de 2018, prevê-se uma ligeira recuperação do crescimento económico devido a um maior crescimento do sector não petrolífero, não obstante esperar-se uma forte contracção do sector petrolífero em cerca de 8%.

Para o ano de 2019, prevê-se uma recuperação mais dinâmica com o sector petrolífero e o não petrolífero a exibirem taxas de crescimento positivas.

Com vista a apoiar o nosso Executivo no seu esforço de estabilização e relançamento da economia nacional, estamos a negociar desde o início do presente mês de Outubro um Programa de Financiamento Ampliado com o FMI.

Este Programa com o FMI está baseado no nosso Programa de Estabilização Macroeconómica e no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, e será importante para a garantia e o reforço da credibilidade das reformas económicas que estamos a introduzir no país, com reflexos positivos num acesso mais favorável de Angola ao mercado financeiro internacional.

Com esta medida, estaremos em condições de, tendencialmente, passarmos a negociar financiamentos sem garantia de petróleo, situação que urge corrigir, o que aliás já aconteceu com

os eurobonds e mais recentemente com este financiamento do FMI, como consequência da credibilidade que Angola vem ganhando ultimamente junto dos mercados financeiros internacionais.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores

Gostaríamos de deixar claro que para o Executivo que dirijo, embora a estabilidade macroeconómica seja importante para o desempenho da economia, não é um fim em si mesmo.

É um meio necessário para atingirmos o nosso grande objectivo de aumentar a produção nacional, tornar o sector empresarial privado mais forte e competitivo, promover as exportações do sector não petrolífero da economia e reduzir as importações dos bens essenciais de consumo.

Pretendemos passar a produzir em Angola grande parte do que necessitamos para o nosso consumo, para que a pressão sobre as divisas diminua consideravelmente, passando a usar as nossas divisas para a importação de máquinas e equipamentos.

Com o aumento da produção nacional, teremos mais emprego aumentando os rendimentos das populações e, por conseguinte, melhorarmos a qualidade de vida dos angolanos, combatendo assim a pobreza.

O Executivo aprovou e está em execução um Programa de apoio à produção nacional, de promoção das exportações e substituição das importações (PRODESI).

Um dos elementos fundamentais deste Programa é a melhoria do ambiente de negócios do país, de modo a atrair o investimento privado quer nacional como estrangeiro. Defendemos uma economia mais diversificada, mais sustentada, mais competitiva e menos vulnerável a choques externos.

Neste âmbito, para além da estabilidade macroeconómica que é um factor importante para a melhoria do ambiente de negócios, foi aprovada uma nova lei do Investimento Privado e, pela primeira vez em Angola, foi aprovada uma Lei da Concorrência, que prevê a criação de uma Autoridade da Concorrência, com a responsabilidade de prevenir situações de abuso de posição dominante e de promover e defender a sã concorrência.

Tendo em vista a redução da participação do Estado na economia como produtor directo de bens e serviços e a promoção de condições favoráveis à iniciativa privada, ao investimento estrangeiro e à aquisição de know-how, o Executivo vai iniciar ainda no corrente ano um programa de privatizações de várias empresas em que o Estado é o actual proprietário, ou tem participações.

Desta forma, vamos apoiar e potenciar a produção nacional e promover aquelas empresas que se podem vir a tornar referências, ao mesmo tempo que vamos estimular o nosso mercado de capitais.

O objectivo é o de capacitar o sector empresarial privado, para que cumpra com o papel que lhe cabe na sociedade, o de principal agente de produção de bens, de serviços e de postos de trabalho.

Assim, e acautelando que não se reduzam as receitas fiscais que o Estado arrecada, devemos continuar a estudar a aplicação de uma política tributária de equilíbrio, que salvasse os interesses do Estado mas também não mate as empresas.

Os departamentos ministeriais competentes, em permanente diálogo com as associações empresariais realmente representativas da classe, devem reflectir profundamente sobre a matéria e encontrar soluções, talvez reduzindo parcial e gradualmente a carga fiscal sobre as empresas enquanto se alarga consideravelmente a base de tributação.

O Executivo está ainda empenhado em mobilizar linhas de crédito que, por via da banca comercial, possam conceder créditos ao sector empresarial privado, sobretudo para os de mão de obra intensiva como a agricultura, as indústrias diversas, as pescas e o turismo.

Assim as empresas terão maiores possibilidades de aumentar a oferta de emprego para os jovens e cidadãos em geral.

Estamos também a realizar importantes reformas no sistema judicial e de investigação, para que se possa combater a corrupção com eficiência, conferir maior celeridade na resolução de litígios que afectem as relações e a dinâmica da nossa economia, e assegurar a eficácia das leis na defesa dos direitos e garantias de todos os seus cidadãos e agentes económicos.

Ao falarmos do combate contra a corrupção e outros crimes de colarinho branco, dos crimes violentos e de vandalização e sabotagem de bens e património público que está hoje em voga, temos de estar cientes que esta luta é de todos, do Executivo, dos Órgãos de Investigação Criminal, do Ministério Público, da Comunicação Social, da Sociedade Civil e dos Tribunais.

Os resultados esperados por todo o povo angolano e não só, serão alcançados apenas e quando todos os elos desta cadeia atrás citada, trabalharem em uníssono para o mesmo objectivo, respeitando cada um os limites da sua competência.

Estando a aproximar-se o fim do período de graça previsto na lei de repatriamento dos capitais de angolanos detentores de fortunas no exterior, que acontece já a partir de Dezembro do corrente ano, esperamos que as pessoas visadas aproveitem esta oportunidade única e sem prorrogação nem retorno que lhes é dada, para mostrarem arrependimento e com isso colocarem esses recursos ao serviço da economia, ao serviço da Nação.

Findo este período, o Estado tem toda a legitimidade para utilizar todos os mecanismos legais, policiais e diplomáticos para recuperar esses recursos espalhados pelo mundo, a favor de Angola de onde nunca deviam ter saído.

Com vista a facilitar os negócios em Angola e dinamizar o desenvolvimento do turismo, foi aprovado e está a ser implementado um mecanismo de facilitação de Vistos.

Ainda no decurso do presente ano legislativo, submeteremos à Assembleia Nacional o Projecto de Lei sobre o Regime Jurídico de Estrangeiros, que, entre outras matérias inovadoras, cria o Visto do investidor estrangeiro, instrumento que contribuirá significativamente para o aumento do investimento estrangeiro no nosso país.

Senhor Presidente

da Assembleia Nacional,

Senhores Deputados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores

Para além dos aspectos a que já me referi, relativos à nossa acção governativa, permitam-me agora que, em breves palavras, faça uma alusão às principais medidas tomadas nos vários sectores de actividade do nosso país.

Com vista a fazer face à queda da produção petrolífera que se vem registando nos últimos anos, foi aprovada diversa legislação que irá contribuir para o aumento dos investimentos no sector petrolífero, sendo de destacar aqui a aprovação da Lei da indústria de exploração e produção do gás não associado.

Foi igualmente iniciado o processo de implementação da Agência Nacional de Petróleo e Gás, que irá assumir a função de concessionária nacional de petróleo e gás.

O plano de reestruturação da Sonangol tem como principal objectivo concentrar a actividade da empresa na cadeia de valor do petróleo e gás.

Para que a mesma se foque nas suas actividades essenciais, vai se iniciar em breve o processo de privatização de grande parte das suas empresas não nucleares, quer sejam subsidiárias ou participadas.

Sendo inaceitável que o segundo maior produtor de petróleo a sul do Sahara, Angola, não tenha uma refinaria à altura, está em execução uma estratégia para a refinação do crude, tendo sido

lançados concursos públicos para a construção de uma grande refinaria no Lobito com capitais mistos, uma refinaria em Cabinda com capitais privados e dimensionada àquele mercado, bem como o aumento da capacidade da refinaria de Luanda.

Com a criação do Instituto Regulador dos Derivados de Petróleo, deu-se início ao processo de revisão legislativa com a finalidade da liberalização do mercado de combustíveis e outros derivados do petróleo, para se acabar o monopólio actualmente concentrado na própria Sonangol e apenas numa empresa privada.

Está em curso o processo de revisão da legislação sobre o conteúdo local, não só para aumentar as compras do sector petrolífero de produtos feitos em Angola, mas sobretudo para valorizar e potenciar as empresas angolanas que trabalham neste importante sector da economia.

Um outro sector importante da nossa economia é o sector mineiro, para o qual também temos concentrado a nossa atenção no âmbito das reformas em curso.

Foi elaborada uma nova política de comercialização de diamantes que irá permitir maior abertura do mercado, aumentar as receitas do Estado e das empresas produtoras, bem como incentivar mais investimentos na prospecção e exploração de diamantes e respectiva indústria local de lapidação, que introduzirá valor acrescentado às pedras em bruto e criará postos de trabalho qualificado para os angolanos.

Foi iniciado também o processo de reestruturação da Endiama, de modo a que a mesma se torne numa verdadeira empresa operadora.

O Executivo está engajado no combate ao garimpo e ao comércio ilegal de diamantes, de modo a conformar cada vez mais este mercado às exigências legais e a aumentar as receitas do Estado.

A emigração ilegal ligada ao garimpo e comércio ilegal de diamantes atingiu níveis alarmantes em pelo menos sete províncias do país.

Por se tratar de uma questão de segurança nacional e de defesa e protecção dos nossos recursos naturais, estamos a levar a cabo um combate sem tréguas contra este fenómeno que se instalou no nosso país aos olhos de todos, e com a conivência e protecção de muitos cidadãos nacionais que passam também a ser responsabilizados.

Estão em curso medidas para a melhoria da atractividade no sector mineiro em geral para que as grandes multinacionais que operam neste domínio possam fazer investimentos na prospecção, exploração e transformação dos vários recursos minerais existentes no nosso país, que vão para além do petróleo, do gás e dos diamantes.

No domínio da agricultura, uma atenção especial tem sido dada ao desenvolvimento da agricultura familiar e a comercialização de produtos agrícolas, com o concurso de parceiros internacionais, com destaque para os projectos financiados pelo Banco Mundial, Banco Africano

de Desenvolvimento (BAD), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que têm apoiado mais de 250 mil pequenos produtores agrícolas.

Com vista ao desenvolvimento da investigação agrária, foi dada prioridade ao processo de implantação dos primeiros 6 Centros de Investigação, como Unidades Orgânicas dos actuais Institutos de Investigação Agrária existentes.

No que respeita às obras públicas, um esforço grande está a ser feito no sentido da conclusão das empreitadas de reparação dos eixos estruturantes das Estradas Nacionais 100, 120, 180, 225, 230 e 321, consideradas como sendo de prioridade máxima.

Ainda no domínio das obras

públicas foram reabilitados ;

- 752 km da rede primária

de estradas;

- 231 km da rede secundária

de estradas;

- 71 km da rede de Vias

Urbanas;

-39 pontes rodoviárias.

O desenvolvimento do corredor do Lobito é uma das principais prioridades do Executivo no domínio do transporte ferroviário e portuário, de modo a transformá-lo numa importante opção de transporte para o acesso dos países fronteiriços encravados ao oceano atlântico, impulsionando as exportações dos mesmos.

Com efeito, após 34 anos de interrupção, foi reaberto este ano o tráfego internacional de mercadorias por via ferroviária entre a República Democrática do Congo e a República de Angola, com o transporte de minérios extraídos no Katanga, RDC, via Porto do Lobito, para o mercado internacional.

Uma atenção especial está a ser dada ao sector de aviação civil, bem como aos serviços de gestão aérea e aeroportuária, de modo a garantir que a gestão dos aeroportos existentes no país, em particular do novo Aeroporto Internacional de Luanda, seja feita por profissionais habilitados do sector, na base de critérios de eficiência, com benefícios para o Estado e para os passageiros que utilizarem seus serviços com destino a diferentes pontos do mundo.

Os trabalhos de construção dos novos portos de águas profundas do Caio e da barra do Dande vão prosseguir, ao mesmo tempo que se vão intensificar os esforços para o apetrechamento com

equipamentos modernos de controlo da navegação do tráfego marítimo e aéreo no território nacional.

No domínio da energia, foi aumentada a capacidade de produção de energia eléctrica em 1090 MW de potência, correspondente a um volume de 18,60% da capacidade existente até Setembro de 2017, tendo assim a capacidade actualmente existente atingido os 4.409 MW.

Esse balanço deve-se sobretudo à entrada em operação de novas unidades geradoras de energia eléctrica no aproveitamento hidroeléctrico de Laúca, no Ciclo Combinado do Soyo e outros projectos de reforço de capacidade nas cidades do Namibe, Huambo, Benguela e Luanda.

Pela primeira vez, a produção global de energia passou a ser predominantemente hídrica, com 78% do volume global, contra os 60% que existiam antes de Agosto de 2017, tendo daí resultado uma poupança diária de combustível diesel de 669 mil litros, em média.

A distribuição de energia eléctrica conheceu um desenvolvimento satisfatório nas principais cidades do País, com excepção das cidades do Luena, Saurimo e Dundo, que apresentam necessidades de reforço ainda por concretizar.

Por outro lado, foi alargado o acesso à electricidade em todo o País a mais 36.013 famílias, mercê do mesmo número de ligações domiciliares executado nas cidades de Luanda, Huambo e Benguela.

No que respeita ao sector das águas, um dos focos principais continua a ser a redinamização dos projectos de construção dos novos sistemas de abastecimento de água a Luanda, fundamentais para que haja uma redução significativa do défice existente no abastecimento de água à cidade capital.

Outro dos principais focos é o incremento progressivo de obras de construção de sistemas de abastecimento de água das sedes municipais mais populosas e de outras sedes municipais, em que o sistema de abastecimento de água se encontra fora de serviço por degradação generalizada dos equipamentos.

No domínio da reforma da Justiça, submetemos ao Parlamento a Proposta de Lei que aprova o Código Penal e a Proposta de Lei que aprova o Código de Processo Penal, cujo agendamento dos debates na generalidade, na especialidade e aprovação final certamente ocorrerá durante esta segunda Sessão Legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional.

No domínio da reforma da Administração Pública, sobretudo no que diz respeito à desconcentração administrativa e à preparação das condições para a descentralização administrativa, gostaria de realçar que:

Foram aprovadas medidas com vista a uma maior intervenção dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais na gestão dos problemas das comunidades. Aos poucos, vamos

começar a assistir a uma redução da intervenção da Administração Central do Estado na vida das comunidades, abrindo um maior espaço de intervenção para a Administração Local.

A partir de 2019, o Orçamento Geral do Estado começará a acompanhar esta dinâmica, devendo proceder-se à transferência de mais recursos financeiros para os órgãos da Administração Local, de acordo com as novas competências atribuídas a estas na legislação recentemente aprovada.

Foram implementadas medidas com vista a uma maior desconcentração da gestão financeira e da arrecadação de receitas. Está já a ser aplicado em fase experimental, o novo regime financeiro local que vai permitir que certas receitas municipais arrecadas pelas Administrações Municipais, sejam imediatamente disponibilizadas aos municípios.

No âmbito do novo regime financeiro local, estão já a ser mensalmente disponibilizados, de forma directa, a todos os municípios, valores para fazer face aos programas municipais, principalmente os relacionados com o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Estão sendo lançadas as bases para que em 2020 se dê início ao processo de descentralização administrativa, criando as autarquias locais, tendo sido preparado e submetido a uma ampla discussão pública o pacote legislativo autárquico, que a seu devido tempo será apreciado e aprovado pela Assembleia Nacional.

A questão central que se colocou na discussão pública sobre a institucionalização das autarquias locais em Angola, foi a de saber se a sua implementação deveria ser faseada ou não.

A proposta de base submetida à discussão pública pelo Ministério da Administração do Território definia um período de implementação faseada que se estenderia por 15 anos.

A consulta pública revelou-se bastante frutífera e no final da mesma foi possível distinguir duas posições dominantes, sendo uma que reconhecia a incapacidade de realização das eleições de uma só vez em todos os municípios do país, recomendando por isso prudência e realismo na abordagem do tema.

Uma outra que, ignorando factores constrangedores como o facto de se tratarem de 164 eleições diferentes, a falta de conhecimento e experiência por serem as primeiras do país, mesmo assim defendia a necessidade de cobrir todos os municípios de uma só vez, logo nas primeiras eleições autárquicas a realizar no país.

Tendo em conta estes dois pontos de vista e com vista a encontrar uma solução equilibrada, o Executivo considera a possibilidade da redução do prazo de institucionalização faseada das autarquias em todo o país, num período não superior a 10 anos desde o seu arranque.

No domínio social gostaria de destacar as seguintes acções:

Foi aprovado o Estatuto da Carreira dos Agentes de Educação e o Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente, bem como um programa para a construção nos próximos anos de

um elevado número de escolas do ensino de base com vista à redução considerável do número de crianças fora do sistema de ensino;

Foram aprovadas as regras de procedimento e realizado em todo país o concurso público visando o ingresso de vinte mil professores no Sector da Educação. Com esta medida espera-se melhorar o rácio número de alunos por professor, bem como a qualidade do ensino e de aprendizagem.

No ensino superior foi aprovado o estatuto da carreira docente do ensino superior, das normas curriculares gerais para os cursos de graduação do subsistema de Ensino Superior e do regime jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior.

No sector da saúde, foram aprovados os Regimes Jurídicos das Carreiras de Enfermagem e da Carreira Médica, visando a contínua valorização dos profissionais da saúde na prestação dos serviços humanizados e de qualidade às populações;

Foi aprovado o lançamento de um concurso para o ingresso e acesso de cerca de 7.000 funcionários do sector.

Com a finalidade de se melhorar a prestação dos serviços de saúde à população, foram aprovados um conjunto de Decretos que autorizam a execução no Programa de Investimento Público 2018, de trinta e três (33) projectos com incidência em 13 províncias, destinados na sua maioria à construção e apetrechamento de hospitais (materno-infantil, pediátrico, sanatório, queimados) morgue, centro de hemodiálise, instituto de anatomia forense, centro nacional de emergência médica, laboratório de controlo de qualidade de medicamentos, armazém de medicamentos de Luanda e de Benguela.

Ao nível da assistência social, está em execução o Programa de Municipalização da Acção Social, que pretende melhorar os mecanismos de combate à pobreza e à eficácia na redistribuição do rendimento nacional, assumindo-se estas medidas como estruturantes para a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis;

Foi aprovado o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e de Combate à Pobreza que tem como objectivo a implementação de acções destinadas aos grupos em situação de extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento local.

No domínio da cultura, foi criada uma Comissão Multisectorial de acompanhamento e implementação da política nacional do livro e da cultura que tem como objectivo a implementação da estratégia relativa ao livro e à leitura pública;

No que respeita à religião, embora o Estado defenda e respeite a liberdade de culto, de credo e de confissão religiosa, não tolerará a utilização da mesma por indivíduos sem escrúpulos que, a coberto da religião, procuram enriquecer facilmente extorquindo valores dos fiéis em si já pobres, com promessas vãs de milagres que jamais acontecem e com práticas que atentam contra a dignidade humana, a saúde e a vida dos fiéis.

É obrigação do Estado proteger o cidadão contra a acção dessas pessoas sem escrúpulos que não olham a meios para atingir seus fins. Um conjunto de medidas diversas estão em vista, para pôr cobro à situação reinante de verdadeiro caos e desordem.

Não devemos permitir que algo que é sagrado e de grande responsabilidade como o é a religião e o bom nome de Deus, seja banalizado, profanado e se torne no negócio das almas, sem regras nem princípios. Toda a sociedade está desde já convidada a se mobilizar e a ser parte activa desta luta.

No âmbito da habitação e infra-estruturas, é de destacar a construção de infra-estruturas externas que na sua totalidade atenderão a 5.414 habitações, correspondendo a 35.988 beneficiários num conjunto de 8 centralidades, distribuídas por 5 províncias ,Benguela, Bié, Luanda, Namibe e Uíge que estando prontas, não estão habitadas ainda por falta das redes técnicas.

Os equipamentos sociais dessas centralidades, sendo 11 jardins-de-infância e 14 escolas, totalizam um número de 258 salas de aulas construídas, e que beneficiarão 22.980 crianças/estudantes uma vez postos ao serviço da comunidade.

Falando da oferta de habitação, o Estado não será o único nem o principal agente construtor, este deve ser sobretudo um negócio reservado ao sector privado que investe na imobiliária, aos quais convidamos a sair da letargia.

A juventude continua no centro das nossas atenções e preocupações, pelo papel que sempre desempenhou em todas as fases da vida nacional e em todas as frentes, na da defesa nacional, no desporto, na cultura e no trabalho no campo e nas fábricas, na investigação e na ciência, enfim, em todo o processo de produção de riqueza material, cultural e científica.

Exortamos pois a que continue a se dedicar ao estudo, ao desporto e ao trabalho. Procurem tirar o maior proveito das amplas possibilidades que as tecnologias de informação e as redes sociais nos oferecem, tendo sempre em conta que essas ferramentas estarão sempre ao serviço do bem, do progresso social, da paz, ou ao serviço do mal, consoante as mentes e objectivos nobres ou não, de seus utilizadores.

O Executivo continuará a dar todo o apoio ao desporto nacional nas suas diferentes modalidades. Aproveitamos esta ocasião para felicitar a nossa selecção nacional de futebol, os Palancas, pelo bom desempenho que vem demonstrando ultimamente, o que muito nos orgulha.

Acabamos de pôr à disposição do desporto nacional, uma importante infra-estrutura desportiva multi-uso que tem condições adequadas para servir de centro de estágios.

Depois de, nos últimos anos, o país ter investido bastante em infra-estruturas desportivas, estádios e pavilhões gimno-desportivos, preocupa-nos o avançado estado de degradação precoce em que alguns deles se encontram.

Devemos encontrar uma solução sustentável de manutenção e gestão dessas infra-estruturas. Talvez pudéssemos confiar nas velhas glórias das diferentes modalidades, organizadas em empresas e com apoio inicial do Estado, ou numa outra solução. Estamos abertos a ouvir contribuições, não podemos é continuar a observar impávidos e serenos ao que se está a passar.

No domínio do Ambiente, destacamos a criação do Comité Executivo para protecção da Palanca Negra Gigante, animal símbolo da fauna angolana, do elefante, do rinoceronte, do hipopótamo e de outras espécies ameaçadas, como compromisso de Angola na protecção da sua biodiversidade e garante do incentivo do turismo selvagem em pontos emblemáticos do país, incluindo as áreas de conservação;

O sector da comunicação social está mais dinâmico e próximo das populações, levando à estas informações que reflectem o seu verdadeiro *modus vivendi*.

Estão a ser removidos os obstáculos legais e operacionais que impediam a abertura de canais de televisão e emisoras de rádio, caso da extensão do sinal da Rádio Ecclésia para todo o território nacional, direito igualmente aplicável às demais entidades idóneas interessadas que reúnam os requisitos previstos na lei.

Senhor Presidente

da Assembleia Nacional,

Senhores Deputados,

Para os próximos 4 anos o principal instrumento de governação do país será o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Trata-se de um documento que tem merecido uma ampla divulgação e que foi elaborado com base nas grandes opções estratégicas contidas na Estratégia de Longo Prazo Angola 2025.

Com base neste instrumento passarão a ser elaborados os orçamentos - programa, isto é, os orçamentos do Estado a partir de agora passarão a estar baseados nos 83 programas previstos no referido Plano de Desenvolvimento Nacional.

Financiamentos de USD 11,2 mil milhões

Assim assegura-se uma governação mais focada, mais disciplinada, mais eficiente no que se refere à utilização dos recursos e mais eficaz no que respeita ao alcance dos resultados pretendidos.

As projecções efectuadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 indicam que nesse período a economia nacional deverá ter um crescimento médio anual em termos reais de 3%, contudo o factor importante a realçar aqui é que o crescimento médio anual do sector não petrolífero será mais robusto e se situará na ordem dos 5.1%.

Perspectiva animadora tendo em conta que o sector não petrolífero é mais intensivo em mão de obra do que o sector petrolífero, prevendo-se uma maior oferta de postos de trabalho.

Prevê-se que durante o quinquénio o sector petrolífero venha a conhecer um crescimento médio anual negativo de cerca de 1.8%, o que significa que o sector não petrolífero terá de ter um crescimento suficientemente forte para contrabalançar este sinal negativo do sector petrolífero.

Qual o valor estimado e o destino dado ao diferencial das receitas petrolíferas desde a aprovação do OGE 2018 ao mês de Setembro do corrente ano?

De facto, nos primeiros nove meses do ano (Janeiro a Setembro) o preço do crude esteve acima do que se projectou no OGE 2018 em cerca de 40%, entretanto a produção média do petróleo esteve abaixo do programado em cerca de 12% passando de 1.7 para 1.4 milhões de barris/dia.

Estas variações contrárias uma da outra, aumento do preço do crude em paralelo com a baixa da produção diária do petróleo, geraram para os cofres do Estado um diferencial positivo total de cerca de 4 mil milhões de dólares americanos que serviram para fazer face à dívida interna titulada.

No domínio não petrolífero, os principais motores do crescimento serão os sectores da agricultura com uma taxa média de crescimento de 8.9%, das pescas com uma taxa média de 4.8%, da industria transformadora com uma taxa de 5.9%, dos serviços incluindo o turismo com 5.9% e da construção com uma média de 3.8%.

O aumento da produção nacional e a diversificação da economia devem ser vistos como um imperativo nacional, por conseguinte, só com uma economia forte e diversificada conseguiremos resolver de modo satisfatório os sérios problemas sociais que o país enfrenta.

Para que as metas contidas no Plano de Desenvolvimento Nacional sobre a produção nacional sejam alcançadas, teremos de ser rigorosos e muito disciplinados na implementação do Programa de Apoio a Produção Nacional, da promoção das exportações e substituição das importações, o PRODESI, a que já me referi anteriormente.

Sendo um dos principais programas do nosso Plano de Desenvolvimento Nacional, pretendemos que o PRODESI marque realmente um ponto de viragem nas nossas políticas e na nossa atitude no que concerne ao aumento da produção nacional.

O primeiro objectivo a atingir será o de alcançar a auto-suficiência em produtos alimentares básicos de amplo consumo, produzindo-os localmente.

Só com o aumento da produção nacional, podemos criar mais empregos e assim aumentarmos os rendimentos das famílias, combater a fome e a pobreza, e, por conseguinte, aumentar a qualidade de vida dos angolanos.

Todo este trabalho será desenvolvido fundamentalmente pe-lo sector empresarial privado nacional e estrangeiro que investir no nosso país.

O papel do Estado será sobretudo o de agente coordenador e regulador de todo este processo, criando as condições necessárias para que os investimentos, sobretudo os do sector privado quer nacional como internacional, encontrem o ambiente necessário que assegure um retorno satisfatório e adequado do capital por eles investido.

Senhor Presidente

da Assembleia Nacional,

Senhores Deputados,

Durante o decorrer deste ano, tive a oportunidade de realizar uma série de deslocações oficiais a outros países, com o objectivo de reforçar as relações de amizade e de cooperação, atrair o investimento es-trangeiro, encontrar linhas de financiamento para nos ajudarem a sanar os nossos problemas financeiros, a diversificar a nossa economia, a criar riqueza e emprego e a desenvolver em geral o nosso país.

Em todos eles encontrámos a máxima abertura, compreensão e disponibilidade para fazer investimentos no nosso país.

As novas leis aprovadas nesta Casa da Democracia, designadamente sobre a concorrência e o fim dos monopólios, mereceram a opinião favorável de quem se via impedido de realizar negócios livremente, tendo hoje como condição única o respeito da lei.

Realizámos ao longo do ano uma intensa e inédita campanha diplomática, cujos resultados, entre outros, culminaram com um financiamento de 500 milhões de dólares do UKEF do Reino Unido, a emissão de 3.5 mil milhões de dólares de Eurobonds que tem permitido a gestão da dívida e o arranque de novos projectos de infra-estruturas e investimentos sociais de pelo menos quatro províncias, a saber, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Kuando Kubango.

Resultou ainda na garantia de um crédito de 500 milhões de dólares americanos do Credit Agricole e de mais 79 milhões de Euros da Agência Francesa de Desenvolvimento, ambos de França.

Num crédito de 500 milhões de dólares americanos do KFW Bank da Alemanha, e na extensão da linha de crédito COSEC de Portugal em mais 500 milhões de euros, após a visita do 1º Ministro português a Angola.

Resultou ainda na concessão de um crédito de 2 mil milhões de dólares americanos do Banco de Desenvolvimento CDB, de 3,5 mil milhões de dólares americanos do Banco Comercial e Industrial ICBC e de mais 620 milhões de dólares americanos do EXIMBANK, todos da China, e a oferta de 500 bolsas de estudo para o ensino superior anunciada pelo próprio Presidente Xi Jinping na sequência da minha mais recente visita de Estado àquele país.

Conseguimos ainda do Banco Africano de Desenvolvimento BAD, 110 milhões para o fomento da agricultura que está a ser utilizado na província de Cabinda.

No cômputo geral, esses financiamentos totalizam 11.2 mil milhões de dólares americanos e mais 579 milhões de euros, para além das manifestas intenções de investimento privado directo. É caso para se dizer que fizemos uma verdadeira diplomacia económica.

Também recolhemos a simpatia e o encorajamento de todos os nossos parceiros políticos e económicos para o combate sem tréguas que estamos a levar a cabo contra a corrupção e a impunidade, factores que também inibiam muitos dos potenciais investidores interessados.

Em todos esses países fizemos questão de frisar que Angola está aberta ao investimento privado estrangeiro, praticamente em todos os ramos da nossa economia.

À União Europeia concretamente, apelamos para que estabeleça com os países africanos um novo paradigma de cooperação, que nos ajude a passar de meros exportadores de matérias-primas para produtores de produtos manufacturados e industrializados, de modo a podermos criar internamente maior oferta de bens, de serviços e de emprego.

Senhor Presidente

da Assembleia Nacional,

Senhores Deputados,

Povo angolano

Gostaria de terminar dizendo que este foi um ano de muito trabalho, onde procuramos traçar de forma clara o rumo a seguir nos diferentes sectores da vida nacional, onde semeámos a confiança num futuro promissor, almejando começar a colher os frutos da moralização da sociedade, da responsabilização dos agentes públicos e da diversificação da nossa economia, nos anos que se seguem do nosso mandato.

Obrigado pelaatenção dispensada!